

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 29.07.2021

Há que fazer bem os trabalhos de recolha e análise de dados para melhorar o planeamento dos diversos tipos de habitação

No passado, devido à falta de terras, o Governo não conseguiu concretizar o planeamento da habitação pública a longo prazo. Nestes últimos anos, graças à aquisição de muitos terrenos através dos novos aterros urbanos e da recuperação dos terrenos desaproveitados, bem como à acumulação de certa reserva financeira, o Governo acabou por adoptar uma política habitacional que passa a abranger cinco tipos de habitação. Para além das habitações sociais, económicas e privadas, vão ser construídas ainda habitações para a classe sanduíche e residências para idosos, o que resultou num planeamento habitacional melhor e de prazo mais longo. Porém, como fazer bem o planeamento dos diversos tipos de habitação e a articulação entre eles é uma das tarefas importantes do Governo no futuro.

Está em curso a candidatura às 5254 fracções da habitação económica da Zona A dos Novos Aterros Urbanos. É o primeiro concurso público depois da entrada em vigor da nova Lei da habitação económica, que passa a aplicar o sistema de pontuação e que visa eliminar a componente de investimento da habitação económica. Creio que isto vai permitir ao Governo inteirar-se das necessidades de habitação económica do público, nomeadamente porque esta deixou de ser um investimento. Olhando para os factores de classificação previstos na lei vigente, nomeadamente, a estrutura do agregado familiar; a dimensão do agregado familiar; o tempo de residência na RAEM; a existência, de elementos idosos, portadores de deficiência ou menores e a proporção dos residentes permanentes da RAEM na composição do agregado familiar, verifica-se que são mais simples do que os do passado, e que vão facilitar a ocupação de fracções a mais agregados familiares. Porém, com a aplicação deste modelo, os candidatos individuais vão limitar-se, basicamente, a “acompanhar a corrida”. Há em Macau muitos solteiros não jovens para os quais é difícil comprar casa, assim, proponho ao Governo que estude a possibilidade de destinar, exclusivamente, parte das fracções T1 para estes indivíduos, com vista a aumentar as suas oportunidades de comprar casa.

Porém, é provável que as habitações económicas não sirvam para resolver os problemas habitacionais das pessoas das diversas classes sociais, há que contar, ainda, com o complemento das habitações sociais, habitações para a classe sanduíche, residências para idosos, etc. Segundo o Relatório final da consulta pública sobre o “Plano de habitação para a classe sanduíche” divulgado pelo Governo, a população em geral apoia a implementação desta política de habitação e reconhece que os candidatos que se encontram no fim da lista da candidatura às habitações económicas devem fazer parte da definição de “classe sanduíche”, isto é, parte dessas pessoas pode candidatar-se, ao mesmo tempo, às habitações económicas e às habitações para a classe sanduíche. Por isso, há

que assegurar, no futuro, um equilíbrio entre a quantidade e o planeamento destes dois tipos de habitação. Espero que o Governo acelere o planeamento, a concepção e os trabalhos legislativos relativos às habitações para a classe sanduíche, e que avance, quanto antes, com a abertura do respectivo concurso público, para obter dados mais recentes. Ao mesmo tempo, no que respeita às residências para idosos, o Governo deve definir, quanto antes, os critérios de admissão, as rendas, etc., a par de apurar quantos são os idosos com vontade de morar nessas residências que reúnem os requisitos de candidatura e que têm capacidade económica para o efeito. Desta forma, juntamente com a recolha e análise dos dados sobre as habitações sociais, cuja candidatura passou a ser regular, e as habitações económicas cuja candidatura está em curso, o Governo pode estimar, de forma científica, as necessidades do público em relação aos diversos tipos de habitação e proceder à melhoria do planeamento das habitações de Macau, assegurando assim habitação para todos.

Além disso, recentemente, a Província de Henan foi atingida por chuvas extremas e excepcionalmente intensas, causando graves inundações e torrentes de montanha em vários locais. Gostaria de expressar o profundo pesar pelos compatriotas vitimados, e as mais sinceras condolências aos familiares das vítimas, aos compatriotas feridos, e à população das regiões sinistradas, bem como o mais elevado respeito às equipas de socorro da linha da frente e de apoio, que estão a participar nas operações de contingência em Henan. A situação ainda não está totalmente resolvida, e a falta de recursos persiste na linha da frente. Espero que a sociedade continue a acompanhar a evolução, e quando necessário, preste apoio de diferentes formas à população de Henan. Acredito que sob a liderança correcta do País, e com o apoio generoso da sociedade, a população de Henan vai com certeza superar as dificuldades, minimizando-se os prejuízos e o impacto. Desejo segurança e saúde à população sinistrada, reconstrução rápida das casas e retoma da vida normal.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 29.07.2021

Aperfeiçoar os serviços da governação electrónica, para concretizar a intenção inicial de facilitar o comércio

A governação electrónica é uma etapa importante na reforma da Administração Pública e é ainda um suporte essencial para a construção de um governo inteligente. No Relatório das LAG para este ano, também se refere o “alargamento do âmbito de aplicação e das funções da ‘Conta única de acesso comum’” e o “aperfeiçoamento das medidas tributárias para facilitação da vida da população e da comunidade empresarial”. Assim, a partir de 1 de Julho, todos os utentes dos serviços electrónicos dos Serviços de Finanças tiveram de passar a utilizar a “Conta única” para aceder ao respectivo sistema, mas não se passou um mês, e muitos lojistas e empresas revelaram que os serviços prestados por essa conta não correspondem suficientemente à realidade e exigem urgentemente um aperfeiçoamento.

Segundo, por exemplo, o ramo de venda a retalho do sector automóvel, as contas dos serviços electrónicos das Finanças que inicialmente utilizavam permitiam às empresas, consoante as próprias necessidades e a favor dos seus trabalhadores, criar contas de diferentes níveis e poderes, por exemplo, a conta do pessoal responsável pela venda de automóveis, pela gestão de recursos humanos e pela gestão financeira só abrangia informações relativas ao imposto sobre veículos motorizados, ao imposto profissional e ao imposto complementar de rendimentos, respectivamente, enquanto a dos empregadores ou do pessoal de direcção podia abranger informações relativas a todos os tipos de impostos.

No entanto, com a utilização da “Conta única”, as contas de utilizador passaram a ter só dois níveis, isto é, “operador” e “entidade”. As contas de “operador” só permitem a entrada e a conservação de dados, e só as contas de “entidade” têm autorização para assinatura, apresentação, pagamento, etc. Mas as contas de “entidade” têm um problema grave, isto é, as empresas não podem abrir contas para os seus trabalhadores tendo em conta a hierarquia e as competências dos mesmos, por isso, um trabalhador responsável apenas por vendas, ao usar uma conta da “entidade” para tratar dos assuntos fiscais relacionados com as vendas, pode ver o registo pessoal e o dos salários de todos os trabalhadores da empresa, ou mesmo os dados fiscais da empresa dos anos anteriores, etc., o que já excede muito as suas competências e afecta gravemente o normal funcionamento da empresa. Na opinião do sector em causa, a concepção dos níveis de utilizador da “Conta única” é demasiado simples e não corresponde às necessidades reais das operações comerciais; mais, o sistema apresenta sempre instabilidade ou avarias, por exemplo, no pagamento *online*, há que esperar muito tempo para fazer conexão e, recentemente, foi impossível o pagamento devido a uma “anomalia na conexão com o servidor” e, afinal, o pagamento teve de ser feito pessoalmente nos Serviços de Finanças, reduzindo muito a confiança das empresas e a sua vontade de utilizar o sistema.

O Governo implementou o governo electrónico há vários anos, mas os diversos sectores sociais entendem que o sistema de governo electrónico não condiz com as suas expectativas. Assim, sugiro às autoridades competentes que absorvam as funções dos actuais serviços electrónicos da DSF, tais como abertura de contas consoante as categorias e competências de trabalho, e que aperfeiçoe, quanto antes, as funções dos serviços “one-stop”, eliminando as inconveniências de utilização.

Ao mesmo tempo, proponho criar um mecanismo de “*feedback*” dos serviços prestados, realizar um inquérito sobre o grau de satisfação da utilização do sistema “one-stop”, ouvir amplamente as sugestões de utilização dos diversos sectores sociais, continuar a otimizar as funções do sistema, aumentar a estabilidade e a segurança do sistema, especialmente para corresponder às necessidades reais das operações comerciais, e aumentar o grau de satisfação e a taxa de utilização do sistema por parte dos empresários, a fim de promover o uso universal do sistema de serviços do governo electrónico. Espero que o Governo aperfeiçoe o “governo digital”, tendo em conta a sua intenção inicial de facilitar a vida aos empresários.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 29.07.2021

Promoção do desenvolvimento da função pública

O Governo tem salientado que os funcionários públicos são os seus recursos mais preciosos, e tem dado muita importância ao seu desenvolvimento. Por isso, no processo de reforma da administração pública, tem sido prioridade a promoção do desenvolvimento do regime da função pública, que após vários anos de reforma e desenvolvimento, se tem aperfeiçoado. Com a alteração ao “Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau” (ETAPM) em 2018, procedeu-se à fusão das carreiras dos índices 195 e 260 e à revogação do regime de período experimental de 6 meses para o regresso à carreira de origem, após a cessação da comissão de serviço do pessoal de chefia, o que veio dar mais garantias de desenvolvimento da vida profissional na máquina administrativa, respondendo assim às solicitações.

No entanto, devido ao aumento contínuo da procura de serviços públicos por parte da sociedade, só com uma reforma única vai ser difícil resolver as várias questões internas da função pública, nomeadamente a falta de clareza das funções dos serviços públicos, a falta de espaço para o desenvolvimento dos funcionários públicos e a injustiça no tratamento diferenciado, bem como os problemas relacionados com a cooperação interdepartamental. O Governo não tem tido, ao longo do tempo, um plano global de coordenação, o que impede a melhoria atempada do regime da função pública, deixando os funcionários públicos em maus lençóis. O baixo moral dos trabalhadores e a estagnação do desenvolvimento da administração pública têm afectado profundamente o desenvolvimento social.

Sob a liderança do novo Chefe do Executivo, o Governo, logo no início do seu mandato, procedeu ao balanço do desenvolvimento de Macau nos últimos 20 anos, apontou claramente os problemas estruturais profundos existentes no processo de desenvolvimento de Macau, e propôs o rumo de desenvolvimento orientado pela estratégia “*criar primeiro para reformar depois*”, para avançar com a reforma administrativa a partir duma base segura. Isto levou a sociedade a aumentar a sua confiança e a depositar grandes expectativas no desenvolvimento da reforma administrativa, em particular, a maioria dos funcionários públicos, que deseja a optimização das atribuições na sequência da fusão dos serviços públicos e do regime das carreiras, para que os trabalhadores dos serviços públicos possam desenvolver-se e progredir de forma justa. Assim, espera-se ainda que, no processo de desenvolvimento social, as garantias de aposentação dos trabalhadores da função pública sejam aperfeiçoadas, o regime de recrutamento seja simplificado, e se desatem os nós, para os funcionários poderem desenvolver-se e se permitir uma verdadeira mobilidade na função pública, tudo para aumentar o moral e impulsionar o desenvolvimento da Administração Pública e o desenvolvimento sustentável da sociedade de Macau.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. O regime das carreiras tem impacto profundo no desenvolvimento profissional dos trabalhadores da função pública. Para um maior desenvolvimento profissional, muitos deles têm-se dedicado, sem interrupções, aos estudos, para se dotarem de melhores habilitações e nível de profissionalização. No entanto, o regime das carreiras da função pública não acompanhou estas mudanças, o que originou falta de correspondência entre as habilitações académicas e as carreiras, e entre as especializações e as carreiras. O Governo deve, tendo em conta o desenvolvimento social, criar um mecanismo de revisão para promover o aperfeiçoamento do regime das carreiras, a fim de criar um regime de carreiras mais racional, científico e mais justo, para que os trabalhadores da função pública tenham espaço para desenvolver os seus conhecimentos e os seus pontos fortes, tudo para promover um melhor desenvolvimento da sua carreira profissional.

2. O regime de aposentação dos funcionários públicos continua inalterado há muito tempo, com a excep o da introdu o do regime de previdência em 2007, o que resultou num sistema rígido, assinalado por dificuldades no ingresso e na aposenta o. O Governo deve introduzir melhorias, em particular, tem de ter em conta as experiências efectivas dos outros territórios e implementar um plano piloto de "aposenta o voluntária dos funcionários públicos". Ao mesmo tempo, deve conceder aos funcionários públicos das categorias mais baixas um subsídio de subsistência equivalente ao  ndice 50, para melhor garantir a sua vida na aposenta o.

3. O regime de recrutamento dos funcionários públicos foi gradualmente melhorado depois das repetidas altera es introduzidas pelo Governo. Porém, devido   estrutura demográfica de Macau, muitos residentes, incluindo o pessoal em regime de contrato que trabalha no mesmo serviço e desempenha as mesmas fun es há mais de 10 anos, concorrem sempre que abre um concurso público para ingresso na fun o pública, especialmente quando se trata de vagas no quadro. Há pessoal que trabalha nos mesmos serviços e ocupa os mesmos postos, porém, o grau de protec o pode variar, o que resulta em graves desperdícios em processos administrativos e em instabilidade da equipa de funcionários públicos. O Governo deve proceder a uma avalia o abrangente, para que o recrutamento do pessoal do quadro seja separado do recrutamento do pessoal além do quadro, a par de estabelecer mecanismos para a transferência do pessoal além do quadro para o quadro, em prol da estabilidade da equipa de funcionários públicos e do desenvolvimento mais estável da Administra o Pública.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 29.07.2021

Recentemente, registaram-se em Zhuhai sucessivos acidentes em grandes obras. A seguir a um acidente de vazamento de água num túnel em construção em Shijingshan, no Distrito de Xiangzhou, no passado dia 15, que resultou na morte de 14 trabalhadores, voltou a registar-se, na manhã do passado dia 25, um acidente na Ponte Jinhai, em construção, ponte esta que faz parte da linha intercity para o aeroporto de Zhuhai, no segmento da cidade de Sanzao, no distrito de Jinwan, devido à queda de uma viga, que causou a queda no mar de 5 trabalhadores, dois morreram e três desapareceram. Estes incidentes são desoladores e Macau deve retirar deles os devidos ensinamentos, portanto, há que avaliar os mecanismos de segurança e resposta a crises para os grandes projectos de obras, em prol do desenvolvimento das obras sem sobressaltos. O mais importante é garantir a segurança dos trabalhadores e evitar os acidentes na medida do possível.

Nestes últimos anos tiveram início em Macau diversas obras de grande dimensão: a quarta ponte Macau-Taipa, o Túnel Para Peões da Guia, o novo estabelecimento prisional em Ká-Hó em Coloane, a Rotunda da Piscina Olímpica, o viaduto na periferia da Rotunda da Amizade, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, várias obras relacionadas com o metro ligeiro, o Centro Modal de Transportes da Barra, as obras de construção no terreno do “*Pearl Horizon*” e também projectos de construção de grandes *resorts*. Estas obras envolvem muitos trabalhadores e grandes áreas, a sua complexidade facilmente dá origem a acidentes, e em caso de acidente, são muitos os desafios para as acções de salvamento. Por conseguinte, as autoridades devem dispor de equipamentos de salvamento adequados e mecanismos de resposta a emergências, e realizar simulacros regulares para se ficar a saber como lidar com incidentes graves.

Por outro lado, nos últimos anos, as autoridades reforçaram a divulgação sobre a segurança e saúde ocupacional e as inspecções nos estaleiros de obras, mas a situação continua a ser difícil, o número de acidentes de trabalho continua a ser elevado e os acidentes de segurança grandes ocorrem com frequência. De acordo com os dados da DSAL, em 2020, registaram-se 14 mortes em acidentes de trabalho, todas na construção civil, das quais 4 tiveram a ver com a violação de normas legais relativas à segurança e saúde ocupacional. O actual Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil já está em vigor há cerca de 30 anos, as sanções não produzem efeitos dissuasores, portanto, é necessário aperfeiçoar algumas disposições. Há anos, o Governo concordou com a revisão da lei, mas isso não passou de “muita parra” e avanços lentos. A proposta de lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil estabelece um regime que vai alterar o regime sancionatório do Regulamento e do Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil em vigor, foi recentemente objecto de consulta das opiniões do sector, e já foi discutida no Conselho Permanente de Concertação Social. No entanto, o Governo alegou razões de complexidade da

proposta de lei, por isso a mesma ainda não entrou em processo legislativo. Mais, o limite de indemnização para os acidentes de trabalho não é actualizado há vários anos, o que desfavorece a protecção dos trabalhadores e dos seus familiares. Lamentavelmente, o Governo limitou-se a prometer que ia proceder à respectiva revisão ainda este ano, mas até ao momento ainda não se vislumbra se vai, ou não, proceder ao ajustamento do referido limite, o que deixa a população desapontada. Apelo ao Governo para, numa postura activa, assumir o seu papel predominante e orientador nestas matérias, no sentido de aperfeiçoar, quanto antes, a legislação sobre a segurança e saúde ocupacional e aumentar os limites máximos para as indemnizações por acidentes de trabalho, a fim de salvaguardar os direitos e interesses dos trabalhadores e reforçar as garantias legais no âmbito da segurança e saúde ocupacional.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 29.07.2021

Optimização da política de apoio ao emprego durante o combate à epidemia com vista a reduzir a população desempregada

Em finais de Maio e em Junho, a epidemia que atingiu Guangdong foi gradualmente controlada através dos esforços conjuntos de todas as partes, no entanto, há dias, houve um surto no Aeroporto de Lukou, em Nanjing, e o número de pessoas na cadeia de infecção continua a aumentar. Em Zhongshan, Zhuhai, etc., surgiram pacientes assintomáticos com COVID, pessoas com contacto próximo e por via secundária com infectados, portanto, o risco de haver um surto em Macau aumentou. As férias de Verão são época alta para o turismo, e Macau está a sofrer com os efeitos do surto da epidemia e do impacto económico. Para além dos trabalhos preparatórios de prevenção de epidemias, o Governo deve definir planos de apoio ao emprego a longo prazo, a fim de apoiar os trabalhadores no acesso ao emprego e de lhes permitir ultrapassar este “Inverno frio”.

Recentemente, a FAOM voltou a realizar um inquérito sobre a situação dos trabalhadores, foram entrevistados 6730 trabalhadores locais, e revelou-se que, durante o período da epidemia, o ambiente de trabalho em geral piorou; mais de 45% dos entrevistados auferem menos rendimentos do que antes da epidemia, envolvendo vários sectores, convenções e exposições, transportes, jogo e turismo, hotelaria e restauração, comércio por grosso e a retalho e construção civil, entre outros; cerca de 40% foram obrigados a tirar férias, viram os salários reduzidos ou foram despedidos; e 60% estão preocupados ou muito preocupados com o seu trabalho. As três principais razões são: más perspectivas do sector; forte concorrência; e receio de serem substituídos por trabalhadores não residentes.

Olhando para a evolução da epidemia, a economia de Macau poderá ser afectada por um longo período de tempo e as dificuldades no acesso ao emprego serão de difícil solução num curto espaço de tempo. O Governo tem de definir uma política global de apoio ao emprego, otimizando os planos provisórios e de curto prazo que originalmente foram lançados devido à epidemia, empenhando-se na conjugação de emprego e na prestação de apoio aos desempregados na procura de emprego, devendo ainda prestar apoio específico aos diferentes grupos de pessoas.

Há cerca de 28 mil pessoas desempregadas e em subemprego, principalmente nos sectores das actividades culturais e recreativas, da hotelaria e restauração, da construção civil e do comércio por grosso e a retalho, que são os que empregam mais trabalhadores não residentes (TNR). O Governo tem a responsabilidade de incentivar as empresas que têm um elevado número de TNR a concretizar a política de dar prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego e a contratarem os locais, através da reconversão profissional e da

formação no posto de trabalho. Deve ainda implementar o plano de formação subsidiada orientada para a empregabilidade e exigir às empresas que proporcionem oportunidades de formação em serviço, para descobrir e contratar trabalhadores qualificados e reduzir a população desempregada.

Quanto aos finalistas do ensino superior que vão entrando sucessivamente no mercado laboral, o Governo deve, tendo em conta as necessidades do futuro desenvolvimento, investir mais recursos no lançamento de mais programas de formação e estágios nas áreas que Macau pretende desenvolver. Para além do apoio ao emprego, deve ainda definir políticas para reforçar a formação de talentos. Tomando como exemplo o sector financeiro, nas LAG, refere-se a criação de um centro transfronteiriço de liquidação em RMB e a promoção da inovação financeira e do desenvolvimento da ciência e tecnologia financeiras, e se assim for, a procura de recursos humanos e de talentos vai aumentar. Neste momento, existem ainda mais de mil TNR no sector financeiro, mas, a sociedade não consegue saber que tipo de funções é que estão a desempenhar e quais são as respectivas exigências; algumas funções devem poder ser desempenhadas por locais, após educação ou formação, e estes até podem mesmo transformar-se nos quadros profissionais necessários para o sector, contribuindo para elevar a competitividade da cidade. Espero que o Governo preste mais atenção a isto.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 29.07.2021

Empenho na optimização do espaço de emprego de Macau

Face à epidemia e aos diversos factores externos, a economia e o mercado de emprego de Macau têm-se deparado com os maiores desafios nos últimos dez anos. Por um lado, a epidemia é persistente e a recuperação da economia de Macau não é a ideal, e muitas empresas sobrevivem com bastantes dificuldades. Por outro, mantendo-se elevado o nível de desemprego durante vários meses consecutivos, acrescido do facto de, no início do período de graduação, muitos recém-licenciados começarem a ingressar no mercado de trabalho, o emprego continua a ser um ponto fulcral para a vida da população.

A fim de estabilizar a economia e garantir o emprego, o Governo da RAEM lançou sucessivamente acções de formação remuneradas, benefícios de consumo electrónico e planos de experiência profissional, entre outros. Tudo isto tem desempenhado um papel positivo na estabilização da sociedade e na prestação de atenção ao bem-estar da população. Mas, face à nova conjuntura económica, o Governo da RAEM deve ainda reforçar os planos de resposta e desenvolvimento a curto, médio e longo prazo, acompanhar de perto a evolução da epidemia e da economia, tomando medidas decisivas para promover a recuperação económica e manter os postos de trabalho dos trabalhadores. Mais, é necessário aproveitar as novas oportunidades do “14.º Plano Quinquenal Nacional”, promover a diversificação adequada da economia, apoiar a população a participar na cooperação entre Macau e Guangdong, alargar o espaço de desenvolvimento profissional da população e optimizar o ambiente de emprego dos residentes.

Com vista a apoiar o desenvolvimento da população, apresento as seguintes sugestões:

1. Aproveitar a zona de cooperação aprofundada Guangdong-Macau em Hengqin, em prol do desenvolvimento de Macau. Recentemente, o Chefe do Executivo adiantou que ia haver boas notícias em termos da cooperação Hengqin-Macau. Perante as dificuldades de desenvolvimento económico e a falta de espaços públicos, muitos residentes depositam muita esperança nessa cooperação, para ampliar o espaço de vida e de desenvolvimento em Hengqin. Espera-se que o Governo reforce as negociações com o Interior da China, para promover o reconhecimento das qualificações profissionais, facilitando o emprego e o exercício da profissão aos residentes de Macau em Hengqin; e promova a criação dum mecanismo conjunto de fiscalização e aplicação da lei no âmbito da protecção dos direitos laborais, para resolver os problemas causados pelas diferenças entre Macau e Guangdong. Mais, há que melhorar a passagem fronteiriça, aperfeiçoar as infra-estruturas, e implementar quanto antes a circulação dos veículos de Macau no Interior da China. Há que promover a fluidez

da circulação de mercadorias, capitais e informações, garantindo boas condições de vida e de desenvolvimento dos residentes.

2. Aperfeiçoar as políticas de emprego e formação de talentos, otimizar as oportunidades de emprego dos residentes. Durante a epidemia, resolver bem as dificuldades de emprego tem a ver com a estabilidade social e o desenvolvimento económico a longo prazo, por isso o Governo deve rever a actual política de emprego e implementar a política de conceder prioridade aos trabalhadores locais no acesso ao emprego. Mais, é necessário agarrar as oportunidades decorrentes da nova era do 14.º Plano Quinquenal, reforçar a formação de talentos, apoiar o desenvolvimento da população, sobretudo os jovens, impulsionar a diversificação adequada da economia e a formação de talentos, e otimizar o ambiente de emprego e o espaço de desenvolvimento dos residentes.

3. Divulgar a ideia de aprendizagem e encorajar a sociedade para o auto-aperfeiçoamento e a construção conjunta do futuro. Perante a nova situação económica, é necessário promover o auto-aperfeiçoamento da sociedade, encorajar a participação da população, sob atitude activa, nas acções de formação, elevar as competências técnicas pessoais e promover a construção de Macau como cidade tecnológica. Espero que o Governo melhore as instalações de *hardware* e *software* e as políticas de formação de talentos de Macau, promova a integração entre a indústria e a educação, crie um mecanismo para as empresas descobrirem elites e formarem talentos locais, e reforce a competitividade dos residentes na procura de emprego.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 29.07.2021

Apoiar e incentivar a natalidade dos residentes e promover o desenvolvimento equilibrado da sociedade

Há dias, o Interior da China divulgou uma “decisão sobre a melhoria das políticas de nascimento para promover o desenvolvimento populacional a longo prazo e equilibrado (decisão)”, aprovada pelo Comité Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado, oferecendo apoios complementares efectivos à “política de três filhos” do Estado. Em Macau também se enfrentam graves problemas de natalidade e envelhecimento. Segundo os dados, desde 2014, a taxa de natalidade não aumentou durante 6 anos, só o termo “dois filhos” já assusta muitos casais, portanto, nem vale a pena falar em “três filhos”, o que terá impacto, a longo prazo, quer para a “substituição entre os idosos e os jovens”, quer para o preenchimento da mão-de-obra e para o desenvolvimento económico. Macau é uma região administrativa especial do Estado, e tem a responsabilidade de cooperar com as políticas nacionais e de assegurar o seu próprio desenvolvimento sustentável, para criar um sistema de apoio integral, com vista ao ambiente de cuidados e ao ambiente social amigáveis para incentivar a natalidade.

O que merece o nosso reconhecimento é que, nos últimos anos, o Governo tem dado respostas activas e aceitado algumas das minhas sugestões e da sociedade, incluindo a alteração dos serviços das creches, de meio dia para tempo inteiro, o aumento do montante do subsídio de nascimento, o prolongamento da licença de maternidade remunerada e a criação da licença de paternidade remunerada, entre outras políticas de apoio à procriação. Mas, a procriação e a criação de filhos são responsabilidades a longo prazo, portanto, além de assegurar às grávidas e às puérperas um ambiente favorável à gravidez e à assistência médica, há que disponibilizar garantias ao nível dos cuidados e da educação das crianças, das despesas da família, do alojamento e do ambiente de vida, entre outros. Espero que, através da cooperação entre toda a sociedade, incluindo o Governo e as famílias, se implementem mais políticas diversificadas para incentivar a natalidade e se consiga dar mais apoios à criação dos filhos, para responder às necessidades a longo prazo dos casais, pois só assim é que será possível elevar eficazmente a taxa de natalidade e promover o desenvolvimento social sustentável.

Sugiro o seguinte:

1. Definição de um plano demográfico e de procriação de longo prazo. Tomando como referência a referida “Decisão”, o Governo deve definir um plano de desenvolvimento demográfico e de procriação, de curto, médio e longo prazo, que corresponda às necessidades do desenvolvimento da sociedade, para que o

conceito de incentivo à procriação seja incluído nas futuras linhas de acção governativa e nos trabalhos dos serviços públicos, resolvendo assim, através da cooperação interserviços e intersecretarias e em conjunto com os diversos sectores sociais, o problema de as pessoas não terem vontade de ter filhos.

2. Aperfeiçoamento do ambiente quer de vida quer habitacional. Partindo da perspectiva do incentivo à procriação, sugiro que as políticas de habitação pública dêem prioridade ao desenvolvimento das famílias. Além do aumento da oferta de fracções T2 e T3, o Governo pode estudar a definição de medidas que, no caso de aumento dos membros da família devido ao nascimento de filhos, permitam aos moradores da habitação pública o requerimento de uma fracção maior ou o acesso a outros tipos de habitações, para criar um ambiente habitacional favorável ao desenvolvimento das famílias.

3. Proporcionar medidas de apoio económico. Com o aumento contínuo do custo de ter filhos, espero que as autoridades aumentem, gradualmente, o montante do subsídio de nascimento, por forma a atenuar a pressão económica dos pais que têm filhos menores e recém-nascidos. Além disso, tendo em conta que o custo de vida diminui a vontade de ter filhos, sugiro ao Governo que estude a isenção de impostos e a atribuição de um subsídio aos progenitores que satisfazem determinadas condições, por exemplo, ter filhos de terna idade ou mais do que um filho.

4. Aperfeiçoar as políticas e medidas favoráveis à família. Tomando como referência a medida de subsídio complementar à remuneração na licença de maternidade, o Governo deve, através de produção legislativa e da atribuição de apoios, incentivar mais empresas a proporcionar licença de maternidade, horas de amamentação, etc., e fornecer um alicerce político para alargar a licença de maternidade para os 90 dias. Mais, deve ainda aperfeiçoar a distribuição das vagas nas creches por idade e zonas, com vista a satisfazer as necessidades dos pais, deve aumentar os serviços de apoio às famílias e os cuidados às crianças, melhorando a política dos empregados domésticos, por formar a apoiar as famílias em que ambos os cônjuges trabalham.

5. Melhorar os serviços médicos para as grávidas e crianças. O Governo deve reforçar os cuidados de saúde para as grávidas e crianças, introduzindo, continuamente, equipamentos avançados para acompanhar e monitorizar a gravidez e o feto, bem como serviços de apoio psicológico; deve ainda aperfeiçoar as leis e os serviços relacionados com as técnicas de procriação assistida, com vista a dar mais esperanças aos casais inférteis.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 29.07.2021

Promover normas concertadas para acelerar a construção da Grande Baía

A construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau é para o País uma estratégia de grande relevância para a definição do plano geral de desenvolvimento, e para Macau uma oportunidade para se integrar na conjuntura do seu desenvolvimento e promover a diversificação adequada da economia. Nas linhas gerais do planeamento para o desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, refere-se a formação da estrutura de uma baía com relevância internacional, de uma área metropolitana de nível mundial até 2022, a concretização a alto nível da interligação e intercomunicação dos mercados internos e a conclusão até 2035 da construção integral de uma baía com relevância internacional e facilitadora da vida, do trabalho e da diversão. Porém, enfrentam-se hoje grandes desafios devido ao inesperado surgimento da pandemia, e o mais premente para os residentes é o mecanismo de conciliação dos diversos planos, enquanto projecto-piloto.

Na verdade, as linhas gerais deparam-se logo de início com a complexa forma de “um país, dois sistemas e três ordenamentos jurídicos” que favorece a maximização das vantagens de cada uma das três regiões, a concretização da complementaridade de vantagens e a promoção das sinergias de desenvolvimento, mas formam-se objectivamente alguns obstáculos e problemas em termos de sistemas e mecanismos, facto este que levou o Presidente Xi Jinping a reiterar a necessidade de promover normas conciliatórias e convergentes para a funcionalidade da economia de Guangdong, Hong Kong e Macau que elevem o nível de unificação do mercado.

Entendo que a concertação e a interligação dos mecanismos das linhas gerais são condições basilares para o impulsionamento da construção da Grande Baía, porque qualquer que seja a acção, não se pode obviar a inconformidade das normas jurídicas das três regiões. Esta questão tem de ser resolvida, assim, espero que as três regiões passem das palavras aos actos para, com determinação e empenho, se encontrar o “divisor comum” entre os dois sistemas jurídicos e se ultrapassar os referidos obstáculos, assumindo novas mentalidade. A recente afirmação do Chefe do Executivo, de que tem boas novas a anunciar muito brevemente no âmbito da cooperação aprofundada entre Guangdong e Macau, pressupõe ou significa que se registam nesta área alguns avanços que vão passar a exemplo ou referência ao nível das normas de concertação dos mecanismos de diferentes mercados.

Importa aqui referir que aumentar os benefícios para o bem-estar dos residentes é o ponto de partida e também de chegada para a construção da Grande Baía, bem como ponto fulcral para os residentes de Hong Kong e Macau se identificarem com o seu País. Pela frente, as garantias dos residentes das três

regiões sujeitam-se a determinados desafios que necessitam de ser vencidos gradualmente durante o processo de construção da Grande Baía, portanto, espera-se que as três regiões convirjam esforços na solução dos problemas relacionados com a vida dos residentes, servindo, em consonância com a sua relevância, o emprego, a educação, a saúde e a segurança social, como ponto de partida para a interligação dos sistemas e confluência de normas, pois só assim é que será possível construir uma baía com relevância internacional.

IAOD da Deputada Chan Hong em 29.07.2021

Acelerar o planeamento geral de Macau

As “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” propõem acelerar o desenvolvimento e a construção de grandes plataformas, como a nova zona de Hengqin em Zhuhai, e desenvolver plenamente o papel de zona-piloto no aprofundamento da reforma, no alargamento da abertura e na promoção da cooperação. No dia 20 de Dezembro de 2019, por ocasião da celebração do 20.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria, o Presidente Xi Jinping encorajou o Governo da RAEM a aproveitar as oportunidades de construção da Grande Baía e a desenvolver, em conjunto, a Ilha de Hengqin. Face ao impacto contínuo da epidemia, as influências decorrentes da monotonia da indústria de Macau tornam-se cada vez mais evidentes. Assim, para alcançar o desenvolvimento da diversificação adequada da nossa economia, a cooperação aprofundada com Hengqin é um avanço importante.

Macau possui as vantagens de “um País, dois sistemas”, de “um centro, uma plataforma e uma base”, e de porto franco de comércio internacional e zona aduaneira separada, enquanto Hengqin possui vantagens em termos de espaço e recursos, sendo definida como uma zona-piloto para explorar o novo modelo de cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau sob o princípio “um País, dois sistemas”. A integração de Macau e Hengqin, o novo sistema económico de abertura de alto nível, a integração profunda regional e o desenvolvimento mútuo podem promover efectivamente o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, criar mais espaços de emprego e de vida para a sua população, e promover a estabilidade a longo prazo e o desenvolvimento sustentável da RAEM, transformando-a numa zona-piloto de cooperação entre Guangdong e Macau, demonstrando uma nova abordagem para o desenvolvimento de “um País, dois sistemas”.

Face à integração de Macau e Hengqin, o Governo deve aproveitar as oportunidades de cooperação profunda entre as duas, definir um plano prospectivo e estratégico de desenvolvimento geral da RAEM, definir e aproveitar bem os principais objectivos e missões, eliminar todos os tipos de obstáculos institucionais, barreiras legais e barreiras políticas entre as duas regiões, estabelecer um mecanismo institucional integrado, concentrar as áreas vantajosas, desenvolver novas indústrias, promover a mobilidade ordenada e conveniente dos factores e otimizar a distribuição, e construir um novo sistema de integração e de um elevado nível de abertura entre Hengqin e Macau.

Há dias, o Chefe do Executivo afirmou que vai ser dado um novo passo no aprofundamento da cooperação entre Guangdong e Macau para o desenvolvimento de Hengqin, e que a “boa notícia” vai ser divulgada oficialmente

(Tradução)

pelo Governo Central. Isto poderá trazer novas oportunidades para o desenvolvimento de Macau, e é de crer que o Governo da RAEM esteja preparado para, em tempo oportuno, proceder ao ajustamento e à optimização do planeamento do desenvolvimento geral de Macau e da respectiva distribuição, de modo a injectar um novo pensamento e uma nova vitalidade no seu desenvolvimento económico, e todos estão ansiosos à espera.

IAOD do Deputado Mak Soi Kun em 29.07.2021

Depois da demolição de um prédio antigo para a renovação urbana, para onde vão os inquilinos de base que têm vindo a arrendar as casas baratas?

Segundo os residentes, há dias, o Governo apresentou os andares-modelo da habitação económica da zona A dos Novos Aterros, das residências para idosos e da habitação para alojamento temporário no Edifício Mong Dak, e estas estarão abertas para visitas, simultaneamente, a partir de 13 de Julho..., o Governo está disposto a ouvir as opiniões do público e a servir melhor a população, e esta atitude de trabalho merece o nosso elogio! No entanto, de acordo com o relatório de pesquisa divulgado pela Macau Renovação Urbana, S.A. sobre os sete edifícios no bairro lao Hon: cerca de 12 014 residentes vivem nestes edifícios... havendo cerca de 30 por cento de proprietários e cerca de 45 por cento de inquilinos, e cerca de 30 por cento daqueles são dormitórios para trabalhadores não residentes, e o resto são unidades vagas ou ninguém abre a porta, etc. ... e cada unidade residencial real tem uma média de 5,3 residentes, muito superior à média de 3 residentes em Macau...

Os dados do estudo acima referidos são quase idênticos aos das visitas periódicas efectuadas pela nossa equipa às zonas antigas, incluindo o Bairro de lao Hon. Assim, alguns cidadãos pediram-me para questionar o Governo sobre o seguinte: de acordo com os dados desse estudo, aquando da execução do plano da renovação urbana, cerca de 3 mil dos proprietários que moram nos referidos edifícios vão mudar-se para as habitações provisórias, mas existem, pelo menos, 5 mil inquilinos que estão a arrendar casas nestes edifícios onde a renda é barata e, por causa da sua capacidade económica limitada e com a actual situação mundial devido ao surto da COVID-19 onde toda a conjuntura económica está pouco clara, se os inquilinos forem obrigados a mudar-se para uma outra casa com renda mais elevada, não será que isto lhes vai afectar a vida? Mais, a renovação urbana do bairro de lao Hon é só o primeiro passo e, se os outros bairros iniciarem o processo de renovação urbana, quantos mais inquilinos terão de ser obrigados a arrendar casas mais caras?

Assim, especialistas, académicos e cidadãos são de opinião que o Governo deve estar preparado para as adversidades e ponderar, quanto antes, como ajudar os inquilinos que estão a arrendar estas casas baratas a resolver os seus problemas de habitação. Ou será que a Administração já dispõe de políticas e medidas prospectivas para realojar estes inquilinos da camada de base, cuja capacidade económica é fraca, a fim de evitar o caos resultante da falta de habitação para quem a precisa, após o processo da renovação urbana? O Governo vai esclarecer isso à população quanto antes?

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 29.07.2021

Apelo à iniciação do plano de habitação para a classe sanduíche e à divulgação dos critérios relativos à fixação do respectivo preço

Em 2020, o Governo realizou uma consulta pública sobre o Plano de habitação para a classe sanduíche e concluiu o respectivo relatório em Abril deste ano. No entanto, até à data, não se viu nenhum progresso sobre a definição do plano em concreto, a preparação do respectivo regime jurídico e a disponibilização dos terrenos para os respectivos planeamento e construção.

Faço aqui um apelo ao Governo para manifestar o seu acordo com os resultados da consulta pública e, com base neles, definir, quanto antes, o plano de habitação para a classe de sanduíche, prevendo, sobretudo, os critérios para a fixação do preço, para os cidadãos confiarem neste tipo de habitação. Mais, na segunda metade deste ano, deve divulgar o plano em concreto para recolher as opiniões do público sobre o respectivo aperfeiçoamento e incumbir os serviços da área jurídica de avançar com os preparativos para a construção institucional do respectivo regime.

O Governo deve encarregar os serviços de obras públicas de, entre os terrenos desaproveitados e entretanto recuperados, destinar alguns para um programa piloto, no sentido de, uma vez consolidada a base institucional, avançar, de imediato, com o concurso público para a construção das primeiras habitações para a classe de sanduíche. Com base nisto, o Governo deve incluir, na lista das LAG para 2022, a definição do regime da habitação para a classe de sanduíche e o planeamento e a construção das primeiras habitações para esta classe.

IAOD do Deputado Zhang Anting em 29.07.2021

Residências para idosos – um lar para os idosos passarem a sua velhice

Com o agravamento crescente do envelhecimento da população de Macau, para os idosos poderem ter uma velhice tranquila, além dos cuidados de saúde e regalias sociais, é necessário um ambiente doméstico seguro e confortável para aumentar, directamente, a qualidade de vida dos idosos. Em 17 de Novembro de 2020, fiz chegar ao Chefe do Executivo os problemas relativos às condições habitacionais dos idosos que moram em edifícios sem elevadores, com a expectativa de ver acelerar a concretização das residências para idosos. O Chefe do Executivo respondeu positivamente, afirmando que as primeiras residências para idosos vão estar a funcionar em 2024.

Recentemente, o Governo disponibilizou fracções modelo das residências para idosos para visita por parte do público, e vários residentes ficaram satisfeitos com a maioria do *hardware*. Contudo, segundo alguns residentes, os idosos enfrentam o envelhecimento das funções do corpo, o declínio da saúde e até doenças crónicas, daí a mobilidade reduzida. Assim, esperam que as autoridades aperfeiçoem as instalações inteligentes das residências para idosos e aditem um sistema de gestão inteligente, instalando, por exemplo, equipamentos para verificar a saúde, dispositivos para alertar sobre a tomada de medicamentos, painéis de controlo inteligentes, sistema com sensores automáticos, sistema de gestão inteligente das residências, etc.

Muitos idosos manifestaram a sua expectativa em relação às residências para idosos, esperando que a ocupação aconteça o mais rápido possível. Segundo os dados disponíveis, neste momento, mais de 4000 idosos moram em casa própria em edifícios de cinco pisos, portanto, as condições de habitação necessitam de ser melhoradas. No entanto, a primeira fase das referidas residências oferece apenas cerca de 1800 fracções, mas à medida que o tempo passa, o envelhecimento da população vai-se agravando, portanto, as 1800 fracções dificilmente conseguem satisfazer a procura crescente. Para além da concretização da primeira fase das residências para idosos, o Governo deve também proceder a estudos sobre a respectiva procura e ao planeamento da segunda e terceira fases da construção.

Quanto à candidatura às residências para idosos, as autoridades devem clarificar, quanto antes, os requisitos de selecção. Segundo o Governo, neste momento, os destinatários limitam-se aos idosos que têm casa própria, pretendendo que estes arrendem primeiro a sua casa para depois usarem o dinheiro para pagar as rendas da residência para idosos. Para além dos

idosos que têm casa própria, existem outros que se me queixaram de não terem casa própria e de, devido à falta de condições económicas, não conseguirem suportar as rendas elevadas dos prédios com elevadores, portanto só podiam arrendar fracções em prédios antigos de cinco pisos ou mesmo fracções subdivididas. Têm um péssimo ambiente habitacional e têm de subir diariamente as escadas onde se acumulam muitos objectos, as suas casas estão velhas, não têm qualquer qualidade de vida, e os electrodomésticos estão velhos e podem constituir um perigo para a segurança. No entanto, como os seus rendimentos e património ultrapassam o limite máximo fixado para a candidatura à habitação social, não podem beneficiar da política de habitação social. Estes idosos também necessitam urgentemente de alojamento nas residências para idosos. Espero que o Governo, tendo em conta as situações reais dos diversos grupos de idosos, relaxe, de certo modo, os requisitos de candidatura, para satisfazer, na medida do possível, as necessidades habitacionais dos idosos, a fim de estes poderem ter uma habitação e uma vida estável.

IAOD da Deputada Lam lok Fong em 29.07.2021

Estudar a promoção da falta remunerada por vacinação

A situação da pandemia da Covid-19 no Interior da China voltou a ser crítica, tendo até havido casos locais em Zhuhai, portanto, os riscos que Macau enfrenta voltaram a aumentar. Mas, até à tarde do dia 26, foram dadas 488 756 doses de vacinas, com 278 050 pessoas vacinadas. As vacinas já estão disponíveis há cerca de meio ano, e a taxa de vacinação entre a população de Macau é de apenas 40 por cento, muito aquém do objectivo de criar imunidade colectiva, o que requer uma taxa superior a 70 por cento. Mais, a taxa de vacinação em Macau é mais baixa em comparação com as cidades vizinhas. As autoridades têm de lançar medidas de incentivo para as pessoas que “possam e tenham vontade de se vacinar” serem vacinadas quanto antes.

Com vista a incentivar os empregados a vacinarem-se, diversas grandes empresas do sector do jogo e da banca lançaram várias medidas de incentivo, sendo que a falta remunerada por vacinação, implementada por várias empresas, permite aos empregados a falta remunerada no dia seguinte ou no próprio dia da vacinação, um exemplo que merece ser seguido por outras empresas ou até pelo Governo, um dos maiores empregadores de Macau.

Relativamente aos efeitos indesejados que várias pessoas tiveram depois da vacinação, como cansaço e febre, entendo que a falta por vacinação deve ser vista como uma garantia da saúde do empregado, ao invés de ser um “incentivo”. Enquanto a vacina estiver a formar uma protecção no corpo, deixar que o empregado tenha descanso suficiente e não o obrigar a prestar serviço quando ele não se sente bem são também garantias para o seu trabalho e qualidade do respectivo serviço.

Por isso, proponho ao Governo da RAEM, que conta com 38 mil funcionários públicos, que estude a possibilidade de os diversos serviços públicos, se as condições o permitirem, concederem “férias de vacinação”, para aqueles poderem descansar suficientemente após a vacinação.

Ao mesmo tempo, sugere-se também à DSAT que exija às empresas de autocarros que concedam aos motoristas “férias de vacinação” após esta, em vez de ser “a empresa vai fazer o possível, depois de o trabalhador apresentar o pedido”, a fim de assegurar que os motoristas conduzam em bom estado de saúde, garantindo a segurança dos passageiros e dos utentes das vias públicas.

Saliento que a promoção das “férias remuneradas por vacinação” não tem por objectivo apenas permitir que as pessoas com condições físicas inadequadas se vacinem, mas, sim, proteger melhor a saúde dos indivíduos que “podem e querem ser vacinados”, construindo de forma multidimensional uma barreira para a prevenção desta epidemia em Macau. Espero que o Governo da RAEM pondere sobre este assunto.

IAOD do Deputado Sou Ka Hou em 29.07.2021

Esperança de ver nos jogos olímpicos boas prestações dos atletas de Macau, China

Sob a sombra da pandemia, inaugurou-se finalmente, depois de adiada por um ano, a 32.^a edição dos jogos olímpicos de Verão. Tal como afirma a Organização Mundial de Saúde, espera-se que a chama olímpica espolete a solidariedade e a determinação de que precisamos para pôr fim à pandemia, e seja a luz de esperança dum mundo mais saudável, seguro e justo!

Ao abrigo do protocolo de cooperação entre o Governo e o China Media Group, a TDM voltou a conseguir autorização para transmitir gratuitamente todas as competições dos jogos olímpicos, sem ser em regime exclusividade. Assim, os telespectadores de Macau testemunharam a vitória da selecção nacional em diversas modalidades e a medalha de ouro conquistada, após 25 anos, pelos atletas de Hong Kong. É lamentável, porém, que os jogos olímpicos continuem distantes das pessoas de Macau, apesar de estarem tão perto.

A realidade histórica cruel é que Macau não é membro do Comité Olímpico Internacional. O Comité Olímpico de Macau requereu, logo após a criação em 1987, a adesão ao Conselho Olímpico da Ásia e ao Comité Olímpico Internacional, e tendo conseguido aderir ao primeiro, estreou-se no ano seguinte nos jogos asiáticos de Pequim, e conquistou, ao longo dos anos, duas medalhas de ouro, 11 de prata e 20 de bronze. Contudo, a adesão ao comité internacional foi sempre reprovada, e em 1996, quando foi alterada a carta olímpica, deixou-se de admitir a adesão de entidades não soberanas.

Segundo a Lei Básica, a RAEM foi autorizada a participar, a título de “Macau, China”, em organizações desportivas internacionais, e ao longo dos anos, contou sempre com o apoio da Administração Geral Estatal do Desporto e do Comité Olímpico Chinês. Os Jogos da Ásia Oriental, os Jogos da Lusofonia e os Jogos Asiáticos em Recinto Coberto foram realizados durante três anos seguidos, mas, devido às limitações do actual Estatuto Internacional, a bandeira da RAEM não pode flutuar nos Jogos Olímpicos. Por exemplo, Hoi Long, atleta de triatlo, ocupou os primeiros lugares do *ranking* mundial, obteve resultados que lhe permitiam a qualificação, mas nunca conseguiu realizar o sonho de participar nos Jogos Olímpicos. Na altura, ela confessou que se tratava duma questão legada pela história que não íamos conseguir mudar, e que os atletas de Macau só podiam mostrar resultados, para provar que têm condições para fazer parte da grande família olímpica!

Actualmente, o Governo da RAEM adoptou uma estratégia de desenvolvimento paralelo entre o Desporto para Todos e o Desporto de Elite. Através da criação de uma rede de instalações desportivas públicas de baixo

custo, em articulação com o Plano de Bónus de Pontuação para os sócios Sport Easy, pretende-se incentivar a população a melhorar a sua condição física, para diminuir os encargos com os cuidados de saúde e aumentar a competitividade da cidade, e criar uma base para o desenvolvimento do desporto de elite. Há vários anos, foram criados os Projectos de Apoio Financeiro para Formação de Atletas de Elite e de Elite Reformados, o primeiro só beneficiou, até ao momento, 110 pessoas, e o segundo apenas 6, portanto, uma tendência grave para as modalidades individuais, continuando bastante escassos os apoios para a profissionalização e especialização dos atletas em geral.

Tenho a certeza de que há muitos jovens que gostam de praticar desporto em Macau, e com vista a um melhor futuro para os atletas profissionais, solicito ao Governo que:

1. Criar um regime de contrato mais aperfeiçoado para os atletas a tempo inteiro, assegurar tratamento idêntico às modalidades individuais e em equipa, aumentar os salários e as regalias, reforçar os serviços de medicina desportiva e as garantias de reforma, nomeadamente, incentivar os atletas reformados a prosseguirem estudos, a continuarem a trabalhar para o sector desportivo assumindo diferentes postos de trabalho, e a reintegrarem-se no mercado de trabalho;

2. Criar um regime de formação sistemática para os jovens atletas, e em conjunto com os sectores do desporto e da educação criar um ambiente favorável para a formação específica dos jovens; e ao mesmo tempo aproveitar as oportunidades de treino nas competições de estudantes do país e do mundo, para aumentar as suas potencialidades desportivas.

3. Empregar esforços no melhor planeamento dos terrenos destinados às instalações desportivas urbanas (para além das modalidades tradicionais, promover novas modalidades, em articulação com o desenvolvimento desportivo mundial) e no bom aproveitamento do Centro de Formação e Estágio de Atletas, para resolver as dificuldades da selecção, que tem de partilhar com o público os espaços para a prática de desporto, e para elevar efectivamente a capacidade profissional dos atletas.

Apesar de Macau ser uma cidade pequena e de ter enfrentado muitas dificuldades no desenvolvimento do desporto, muitos atletas de Macau continuam a esforçar-se para enfrentar as dificuldades nas competições mundiais e asiáticas e nunca desistiram!

Em 1996, a atleta de Hong Kong, Lee Lai Shan, que ganhou a primeira medalha de ouro nos Jogos Olímpicos disse: “Os atletas de Hong Kong não são lixo!”. Devemos também estar confiantes e dizer que “Os atletas de Macau também não são lixo!”.

(Tradução)

Assim, desejo que a selecção de Macau continue a esforçar-se para obter bons resultados nos Jogos Asiáticos de Hangzhou no próximo ano. Espero ainda que, para além dos Jogos Asiáticos, nos próximos Jogos Olímpicos de Inverno e de Verão seja possível apreciar o excelente desempenho dos atletas de Macau!

IAOD do Deputado Au Kam San em 29.07.2021

Perante a persistência da pandemia, o Governo deve aproveitar a redução de TNR para garantir a aterragem suave dos residentes no emprego

Recentemente, os Serviços de Saúde realizaram um concurso público para a adjudicação de serviços de segurança em oito locais, daí resultando uma necessidade de recursos humanos, ou seja, de 358 pessoas. Em princípio, serviços de segurança de tão grande dimensão como estes podiam resolver a situação de cerca de 300 desempregados locais, contudo, nos termos das condições exigidas, os concorrentes devem dispor de recursos humanos suficientes para assegurar os serviços, fornecendo mais de 90% do total dos seguranças (isto é, pelo menos 323 pessoas), caso contrário, são excluídos do processo de selecção.

Segundo os profissionais da área, as empresas de segurança de Macau, na sua maioria, são pequenas, e são consideradas empresas com alguma dimensão quando contam com 100 a 200 trabalhadores. Contudo, nas condições do concurso, só os concorrentes que disponham de 300 seguranças é que podem apresentar propostas, portanto, isto é decidir que só pouquíssimas empresas que têm muitos trabalhadores não residentes é que podem ter sucesso na apresentação da proposta, e todas as outras são excluídas. Na opinião dos profissionais da área, este tipo de concurso é público, mas é um caso típico de “concurso feito à medida” para algumas empresas, o que é injusto.

Esta suspeita tem muita razão de ser, pois se o critério é “ter recursos humanos suficientes”, é óbvio que a adjudicação vai parar às empresas de segurança que contam com muitos trabalhadores não residentes.

Há que referir que as empresas qualificadas para a apresentação de propostas ao concurso “feito à medida” têm muitos não residentes, e uma delas é a Companhia de Segurança China. Na página electrónica da DSAL, pode ver-se que só os não residentes nesta companhia já ultrapassam mil, portanto, esta é a empresa da área que tem mais trabalhadores não residentes. Além disso, entre 2018 e 2021, a quota de não residentes desta empresa subiu rapidamente de cerca de quatrocentos para mil e tal, e mesmo sob a grave situação de epidemia e a redução geral do número de não residentes em Macau, o número de não residente ainda aumentou nesta empresa, mesmo com o mercado em queda. Por exemplo, no primeiro trimestre de anos anteriores, o número de não residentes atingia 424 em 2018, 650 em 2019, atingiu 850 no início da epidemia em 2020, e subiu até 1065 em 2021, mas, entretanto, o número de trabalhadores locais tem-se mantido em apenas noventa e tal. As autoridades afirmam sempre que vão garantir o emprego dos trabalhadores locais e controlar adequadamente a saída dos não residentes, então, porque é que algumas empresas conseguem não ser afectadas pelas políticas das autoridades e continuar a contratar tantos não residentes, mesmo com o mercado em queda?

Se os serviços de segurança forem adjudicados a este tipo de empresas, pode prever-se como certo que não será possível contratar trabalhadores locais suficientes. Para cumprir os requisitos constantes da proposta, a DSAL vai dar luz verde e permitir que essas empresas importem mais de 300 não residentes, e os trabalhadores locais não vão ser beneficiados. Talvez seja por isso que o número de não residentes continua a aumentar nessas empresas, com o mercado em queda por causa da epidemia.

A Administração e os governantes não sabem nada disto? A meu ver, Macau não passa duma pequena cidade, e a relação entre as pessoas é estreita, portanto, mesmo que não haja reportagens dos média, as mensagens são transmitidas rapidamente através de pequenos grupos de pessoas. Ninguém vai acreditar que os governantes não percebem nada disto. A única hipótese é a seguinte: as autoridades fizeram isto intencionalmente e à medida de determinadas empresas, deixando, por isso, que algumas empresas continuem a aumentar significativamente o número dos trabalhadores não residentes numa conjuntura adversa do mercado, roubando oportunidades de emprego aos locais.

Nos últimos dois anos, devido à situação de pandemia, a procura externa desceu drasticamente devido à queda do número dos turistas, e a economia sofre grandes impactos. Com a redução da dimensão da economia, a procura de recursos humanos diminuiu em conformidade, daí o aumento drástico da taxa de desemprego. Perante esta situação, além dos apoios económicos, as autoridades reduziram o número dos trabalhadores não residentes, desocupando lugares para os locais preencherem, a fim de aliviar a pressão de emprego. Esta deve ser a solução adequada. Mas, na realidade, o número de trabalhadores não residentes reduziu menos de 10%, portanto, essa política das autoridades não surtiu efeitos. Ora, há cada vez mais desempregados, sobretudo entre os residentes de meia-idade, que dificilmente conseguem um novo emprego, e entre os jovens que também têm dificuldades em conseguir o primeiro emprego depois da conclusão dos estudos.

As autoridades têm de reduzir mesmo o número dos trabalhadores não residentes. Relativamente às renovações dos trabalhadores não residentes contratados pelas grandes e gigantescas empresas, há que, antes de tudo, verificar se os desempregados locais são capazes de assumir as funções em causa, e que monitorizar se as empresas oferecem aos candidatos salários iguais aos que os locais normalmente auferem, ao invés de baixarem propositadamente o salário até níveis inaceitáveis para os candidatos locais, com o objectivo de criar uma falsa imagem de que é impossível contratar locais e, assim, conseguir, de forma fraudulenta, quotas para a contratação de não residentes. Sob a pandemia, as autoridades têm de reduzir, efectivamente, os trabalhadores não residentes, por forma a desocupar postos de trabalho para os locais podem preenchê-los, salvaguardando o direito de acesso ao emprego dos locais e concretizando,

verdadeiramente, a política de “os trabalhadores não residentes serem o complemento dos recursos humanos locais”.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 29.07.2021

Optimização do mecanismo de tratamento dos fenómenos meteorológicos extremos

Desde 17 de Julho, a província de Henan está a ser atingida por chuvas intensas e extremas, as maiores desde há mil anos, que causaram graves inundações em várias cidades, por exemplo, em Zhengzhou, Xinxiang, Anyang, etc. As vias públicas, o metro e as instalações públicas ficaram cobertas por água, algumas barragens ruíram, algumas linhas do metro foram suspensas e os voos foram cancelados. Estas chuvas intensas e extremas afectaram mais de 12 milhões de pessoas, provocaram 69 mortos e causaram graves danos humanos e materiais.

Perante a gravidade da situação, o Secretário-Geral do Partido Comunista da China, Xi Jinping, emitiu importantes instruções, exigindo o seguinte: “os quadros dirigentes de todos os níveis devem colocar sempre em primeiro lugar a garantia da segurança da vida e dos bens da população, mobilizar rapidamente as forças para fazer face às inundações, alojar adequadamente as pessoas afectadas, prevenir rigorosamente desastres secundários, e minimizar o número de vítimas e os prejuízos materiais”.

Sob a liderança do Conselho de Estado da Comissão Central do Partido Comunista da China, os comités do Partido e os governos das respectivas regiões responderam com urgência, os respectivos departamentos e entidades empenharam-se em enfrentar os problemas, os quadros de direcção e chefia estão na linha da frente, o pessoal militarizado luta e assume as suas responsabilidades, os bombeiros e os socorristas reagem rapidamente. Todos os cidadãos estão unidos nas zonas afectadas pela catástrofe, salvando as pessoas espontaneamente e avançando em conjunto. Aliás, todos os sectores da sociedade dão activamente donativos e os meios de comunicação social abrem canais de emergência em caso de chuvas torrenciais, ou seja, todo o povo do país está a apoiar Henan.

Em face de desastres, todo o país está unido. Perante as dificuldades, todos nós estamos unidos. A situação catastrófica na província de Henan está intimamente ligada ao coração de toda a população de Macau. Os diversos sectores da sociedade de Macau manifestaram, através de diversas formas, o seu carinho e solidariedade, e organizaram donativos.

Ao mesmo tempo, com a mudança do meio ambiente a nível mundial, nos últimos anos, são cada vez mais frequentes os fenómenos meteorológicos extremos registados em todo o mundo, como tufões, granizo, seca, etc., e a respectiva intensidade tem aumentado, assim como as catástrofes naturais daí resultantes, como inundações, fogo florestal, etc. Assim, o Governo da RAEM

deve estar alerta e tomar medidas a curto, médio e longo prazo para uma prevenção integral.

A curto prazo, o Governo deve aperfeiçoar o sistema de notificação e alerta, recorrendo ao sistema de radiodifusão, às notificações por telemóvel e a outros meios, por forma a divulgar, junto da sociedade, alertas e informações de evacuação. Mais, deve também aperfeiçoar os mecanismos de suspensão de aulas e trabalho, permitindo um tratamento flexível, e ainda colaborar com as empresas de água e electricidade para criar planos de contingência, a fim de evitar prejuízos em caso de ocorrer um fenómeno meteorológico extremo.

A médio prazo, deve efectuar uma inspecção geral dos parques de estacionamento e túneis subterrâneos, estaleiros de obras, estações de bombas de drenagem, entre outras instalações; criar uma base de dados da rede de drenagem e uma lista dos pontos negros de inundações nas zonas baixas, etc., produzindo um mapa sobre a distribuição dos riscos de inundação urbana e uma lista de riscos potenciais, a fim de poder elaborar medidas específicas de prevenção e controlo.

A longo prazo, o Governo deve concluir a nova ronda do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau 2021-2025; definir os indicadores ecológicos e lançar as políticas específicas de taxas e impostos, e de apoio ecológico, para envidar todos os esforços para atingir o pico da emissão de CO₂ e a neutralidade de carbono; e elaborar um projecto de neutralidade de carbono de Macau, tendo em conta a visão de neutralidade carbónica, ao nível mundial, até 2050.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 29.07.2021

Desempenhar o papel de Macau enquanto plataforma para promover a implementação conjunta de “Uma Faixa, Uma Rota”

O 12.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas terminou recentemente, e um dos focos de discussão foi o papel de Macau enquanto plataforma para promover a implementação conjunta de “Uma Faixa, Uma Rota”. Macau, sendo uma das principais cidades da Grande Baía e um dos importantes nós da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, tem de aproveitar as vantagens da plataforma de serviços para a integração financeira de “Uma Faixa, Uma Rota” e as oportunidades respectivas, a fim de promover em conjunto o desenvolvimento de alta qualidade da implementação da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” entre a China e os Países de Língua Portuguesa. A integração das técnicas e do capital financeiro da China na área de infra-estruturas contribui para uma cooperação mais duradoura e mutuamente benéfica entre a China e os países ao longo da Faixa e da Rota, em particular, os Países de Língua Portuguesa. As oportunidades são as seguintes:

(1) Financiamento para grandes projectos de infra-estruturas. Segundo as previsões, nos próximos 10 anos, a procura de financiamento por parte dos países e regiões ao longo da Faixa e da Rota no respeitante a infra-estruturas deverá atingir 8 biliões de dólares, e o investimento total da China na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” deverá atingir 1,6 biliões de dólares.

(2) Investimentos em fusões e aquisições. Entre Janeiro e Maio de 2021, o investimento directo das empresas chinesas nos 55 países ao longo da “Faixa e da Rota” nos sectores não financeiros foi de 7,43 mil milhões de dólares, um aumento de 13,8%. O sector financeiro de Macau pode oferecer serviços financeiros especializados, tais como empréstimos para fusões e aquisições, *Syndicated loans*, etc.

(3) Serviços de comércio. No primeiro trimestre deste ano, o valor das trocas comerciais entre a China e os países ao longo da Faixa e da Rota atingiu 2,5 biliões, um aumento de 21,4%, representando 29,5% do valor total do comércio externo.

(4) Finanças digitais e verdes. A cooperação internacional da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” tem-se aprofundado e enriquecido de forma contínua, pelo que este é o momento oportuno para desenvolver a cooperação nas áreas da “Rota da Seda Digital” e da “Rota da Seda Verde”.

Para aproveitar esta oportunidade, desenvolver as vantagens de Macau enquanto plataforma e contribuir para a construção de “Uma Faixa, uma Rota”, são necessários os esforços conjuntos do Governo, dos serviços competentes e

do sector financeiro. Assim, sugiro o seguinte:

Primeiro, apoiar activamente a estratégia nacional de internacionalização do Renminbi e transformar Macau num subcentro *Offshore* de Renminbi para a construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, para servir os Países de Língua Portuguesa. Na nossa opinião, a construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e a internacionalização do Renminbi são mutuamente promovidas. Neste momento, no âmbito das actividades de liquidação em Renminbi em Macau, além da liquidação bilateral entre a China e os Países de Língua Portuguesa, há ainda a liquidação entre a ASEAN e os Países de Língua Portuguesa. Para incentivar os países ao longo da Faixa e da Rota, em particular os Países de Língua Portuguesa, a utilizar o Renminbi, é necessário alargar constantemente os meios de utilização *Offshore* do Renminbi e construir em Macau um sistema de desenvolvimento transfronteiriço do Renminbi, incluindo a utilização transfronteiriça e o regresso para o território, a emissão de produtos, a liquidação de fundos e outros sistemas financeiros, promovendo, de forma ordenada, a internacionalização desta moeda.

Segundo, explorar e promover o desenvolvimento das finanças verdes, para servir melhor a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Futuramente, o investimento e o financiamento da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” serão certamente mais verdes, pelo que, para melhor servir esta iniciativa, Macau deve, sob a orientação do conceito “verde”, desenvolver e fortalecer as actividades financeiras verdes. Em relação ao posicionamento de “estudar a criação de uma plataforma financeira verde em Macau”, sugerimos que seja permitida em Macau a comercialização de produtos financeiros verdes que estejam em conformidade com as normas internacionais, do Interior da China ou de Hong Kong, para que as empresas possam fazer as suas escolhas de acordo com as próprias necessidades reais. Isto permitirá a Macau fazer uma “expansão para o exterior” e servir melhor as empresas internacionais, designadamente as dos Países de Língua Portuguesa.

Mais, oferecer políticas complementares e apoios de incentivo para aumentar a procura e o dinamismo da sociedade. Sugiro ao Governo que pondere implementar políticas complementares e incentivos fiscais, para a isenção de impostos relativos à emissão de obrigações verdes e a concessão de bonificação de juros aos empréstimos verdes; o Governo deve ainda, através da criação de regimes financeiros, reforçar a sua orientação para os investimentos verdes. Além disso, pode também, através de produção legislativa, reformar o sistema de avaliação das políticas e de criar um mecanismo de divulgação de informações, e aumentar, em certa medida, a preferência dos bancos e investidores por projetos verdes, reduzindo os seus investimentos em projectos poluentes.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 29.07.2021

Compatriotas, ajudem-se mutuamente para salvar a província de Henan

Henan não só se situa nas planícies centrais do País como também é o importante berço do nascimento da nação chinesa. Nos últimos dias, choveu intensamente na província de Henan, provocando desastres e inundações, que afectaram a vida e o património do povo local. Perante esta grande catástrofe, a população local socorreu-se mutuamente, o exército entrou na zona afectada para resgatar as pessoas com dificuldades, os profissionais de saúde deslocaram-se ao local para salvar as pessoas e toda a população do País enviou donativos. A catástrofe de Henan uniu o coração do povo todo!

Esta catástrofe ocorrida em Henan revela uma realidade: o renascimento da grande nação chinesa não se manifesta apenas no desenvolvimento económico e na melhoria das condições de vida da população: o mais importante é que na nação chinesa estão todos no mesmo navio, e toda a gente está unida numa só alma nacional! Na nossa China, repete-se, mais uma vez, o espírito de responsabilidade e de dedicação de cada um dos chineses, sob a liderança do Partido Comunista da China, quando enfrentamos grandes acontecimentos. As calamidades são impiedosas, mas há uma resiliência inabalável na nação chinesa e, sob a liderança do Partido Comunista da China, o povo chinês tem reforçado a sua união, superando dificuldades e caminhando rumo ao renascimento da grande nação chinesa, com determinação e confiança firmes!

É graças à atenção e ao apoio do País que Macau tem o desenvolvimento de hoje. O princípio de “um País, dois sistemas” é a maior vantagem que Macau dispõe, pois, quando surgem calamidades ou dificuldades económicas, tudo é superado e resolvido com o apoio do País, o que nos permite desfrutar assim do progresso e da estabilidade de que hoje gozamos. A ligação ao País faz-nos também preocupar e prestar todos os possíveis apoios. Afirmou o Presidente Xi Jinping que “os compatriotas de Hong Kong e Macau são sempre os primeiros a estender a mão para apoio, todas as vezes, quando ocorrem no País calamidades naturais severas, dentro do espírito de mútua ajuda e de ‘o sangue fala mais alto’”. Demos mais uma vez prova disto com os contributos prestados pelos diversos sectores sociais de Macau para o controlo da calamidade em Henan. Como Macau e o Interior da China fazem parte de uma mesma árvore, e sendo ontem, hoje e amanhã membros dum mesmo agregado familiar, os residentes de Macau partilham também os mesmos sofrimentos com os concidadãos chineses.

Em Henan, neste momento, estão todos a envidar esforços para a prevenção e o socorro aos desastres e à reconstrução, mas as regiões afectadas necessitam ainda da atenção e do apoio dos diversos sectores, por isso espero que todos assim o façam, através das mais variadas formas e meios. Por último,

(Tradução)

faço veementes votos para que os lares afectados sejam, o mais breve possível, reconstruídos, e a vida volte, quanto antes, à normalidade.

**IAOD dos Deputados lao Teng Pio, Wu Chou Kit e Fong Ka Chio em
29.07.2021**

Henan e Macau unem-se na luta contra os desastres e adversidades

Recentemente, a província de Henan foi atingida por chuvas intensas extremas, com graves inundações em várias cidades, incluindo a de Zhengzhou, capital da província. O nível das águas de alguns rios ultrapassou os limites e algumas barragens tiveram de ser abertas, o que provocou grandes inundações que atrasaram e suspenderam os serviços de autocarros públicos, ferrovia e aviação civil, e, mais, as inundações originaram perdas materiais e humanas significativas. De acordo com os serviços meteorológicos locais, o número de afectados ultrapassou os três milhões. Felizmente, com a ajuda de muitas pessoas, a situação está a ter um alívio. Mas ainda há um grande número de pessoas a precisar de ser realojadas e os trabalhos de prevenção de inundações e de salvamento continuam a ser graves. Assim, temos de, em primeiro lugar, manifestar os mais profundos pêsames aos sinistrados e aos seus familiares, bem como homenagear todo o pessoal da linha de frente que ainda está a cumprir os seus deveres e obrigações.

Os desastres naturais são impiedosos, mas há sempre amor entre os humanos. As chuvas intensas e as inundações na província de Henan uniram extremamente os corações de todo o povo chinês, assim como os dos compatriotas de Macau. Nos últimos dias, os diversos sectores de Macau efectuaram donativos, através de vários canais, aos cidadãos das zonas afectadas em Henan, a fim de expressar o seu carinho e solidariedade para com os compatriotas, o que demonstra uma estreita ligação entre os cidadãos de Macau e os compatriotas do interior da China, bem como uma “ligação umbilical”, pois respiramos em comunhão de esforços e partilhamos o mesmo destino com a Pátria.

É consabido que o País sempre dedicou grande atenção a todos os aspectos de Macau e que a prosperidade e estabilidade que hoje vivemos são fruto, em larga medida, do apoio e incentivo que as diversas províncias irmãs nos têm vindo a dispensar. Recordo-me que, em 2017, quando Macau foi devastada pelo supertufão Hato, os prejuízos foram minimizados graças à ajuda do Governo Central e do Exército de Libertação Popular, ficando assim bem marcado que entre compatriotas o “sangue fala mais alto”. Por isso, para além de esperar que mais residentes acompanhem a situação das inundações em Henan, apelo a todos que façam um contributo, dentro das suas possibilidades, para, de mãos dadas, ultrapassarmos a situação.

Por último, façamos votos para que as regiões inundadas superem, o mais breve possível, a situação, que os lares danificados fiquem restaurados, que a saúde dos feridos fique restabelecida e que a vida dos residentes das regiões afectadas volte à normalidade.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 29.07.2021

Aproveitando o planeamento urbano em prol da prevenção de catástrofes e da renovação urbana

Na semana passada, a província de Henan sofreu chuvas extremamente intensas, raras na sua história e, em apenas três dias, a taxa de precipitação igualou o total anual registado anteriormente nessa província, e as graves inundações em muitas áreas foram alarmantes. Com o aquecimento global, ocorrem com mais frequência chuvas mais intensas. A precipitação total em 1 de Junho estabeleceu também um novo recorde para Macau, e creio que todos nós sentimos a normalização gradual de um clima anormal. Nos últimos anos, o Governo tem desenvolvido estudos e obras respeitantes a prevenção e controlo de inundações e de drenagem, bem como a retenção de marés. Com base na experiência de sucesso ao lidar com o tufão Mangkhut, sabemos que não é possível evitar os desafios do clima anormal, mas podemos ainda recorrer às medidas humanas para, gradualmente, reduzir o impacto para um nível aceitável. Neste caso, o desenvolvimento de obras é indispensável, mas o planeamento urbano é também relevante.

Há um caso que gostaria de partilhar convosco. Em 2012, a passagem da supertempestade *Sandy* por Nova Iorque causou mais de 40 mortes e inundou 9000 edifícios, deixando 2 milhões de desalojados. Imediatamente após essa catástrofe, o governo local ajustou as áreas com risco de inundações, que passaram a abranger 16 quilómetros da orla marítima de Manhattan e cerca de 30 milhões de metros quadrados de edifícios. A seguir, procedeu-se à concepção do planeamento geral, o que resultou na elaboração do Plano “*Big U*”. Nele se propôs a conjugação de conceitos, barragens, instalações comunitárias e paisagens urbanas, para prevenção de mais inundações causadas por *storm surges*, a par da criação de um novo espaço público, tendo em conta as necessidades culturais e socioeconómicas da cidade.

A faixa paisagística de natureza protectora e em forma de U está, principalmente, dividida em 3 secções: a 1.ª secção diz respeito a um parque marginal formado com a construção de mais pontes e barragens, e a elevação da microtopografia do parque existente; a 2.ª secção diz respeito à criação de um espaço para actividades públicas debaixo da ponte junto de uma zona residencial antiga densamente povoada, podendo-se recorrer à instalação de grandes barreiras de água que podem ser “largadas” em qualquer altura para dar resposta às necessidades de protecção contra inundações; a 3.ª secção é uma área turística e recreativa com um museu, aquário e outras instalações de entretenimento, que se estende até ao mar, otimizando assim as funções de agrupamento social e planeamento comunitário das zonas periféricas urbanas.

Tendo em conta as ideias inovadoras do projecto *BIG U*, proponho o seguinte:

Primeiro, promover o uso múltiplo e diversificado dos espaços. O solo em Macau e em Nova Iorque é precioso, e é um pouco extravagante um espaço ter só uma função. O espaço costeiro do *BIG U* não é só um dique, mas também um parque comunitário e um campo nos dias de chuva, proporcionando uma paisagem e prevenção de inundações, drenagem, arrefecimento, lazer e outros serviços diversificados, para que o valor dos terrenos seja melhor reflectido no seu aproveitamento eficaz. Através de uma orientação adequada, a formação da combinação de uso diário e necessidades urgentes e da interacção complexa com várias funções é, de facto, favorável ao desenvolvimento da inovação.

Segundo, promover instalações polivalentes. Há dias, num *workshop* de planeamento, algumas pessoas referiram que, em vez de prevenção, procura-se o reforço da resiliência a inundações. Através do *design* dos espaços, os recintos para actividades quotidianas comunitárias também podem ser uma zona tampão sob condições climáticas anormais. Claro que, além dos terrenos exteriores, os espaços interiores têm de ser incluídos no planeamento.

Face às catástrofes climáticas cada vez mais graves, devemos seguir um pensamento inovador e reformista, adoptar um planeamento urbano com instalações polivalentes, e trabalhar em conjunto com o Governo e a população, o que vai elevar a resistência a catástrofes, a resiliência e a sustentabilidade de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 29.07.2021

A “Política de Juventude de Macau (2021-2030)” foi oficialmente divulgada e implementada há dias. Um dos temas mais discutidos na sociedade é como fazer bem o plano da vida dos jovens, para estes poderem encontrar o seu rumo de desenvolvimento futuro. Como fazer bem o planeamento da vida e estabelecer os objectivos de desenvolvimento são, muitas vezes, das escolhas mais cruciais da vida, por isso, quer nas instituições do ensino superior, quer nas escolas secundárias, o aconselhamento e a educação sobre o planeamento da vida são indispensáveis para os estudantes. Nos países desenvolvidos, a educação desta área é muito generalizada, ou seja, a partir do ensino secundário, tem vindo a ser realizada de forma sistemática, para os alunos conhecerem claramente os seus objectivos e ideais de desenvolvimento.

Segundo o Governo, nos futuros trabalhos relativos ao planeamento de carreira profissional dos jovens, é necessário ter em conta diversos aspectos, por exemplo, fazer bem o aconselhamento quanto ao prosseguimento de estudos no ensino secundário, para os jovens conhecerem o conteúdo e as perspectivas de desenvolvimento de diferentes profissões, e o plano de desenvolvimento nacional, etc. Nos últimos anos, o Governo lançou várias medidas para incentivar os jovens a fazer bem o planeamento da carreira profissional, mas há ainda espaço de melhoria nesta matéria, no âmbito do ensino secundário. Segundo o “Estudo sobre os efeitos da educação para o planeamento da carreira, promovida pelas escolas secundárias de Macau”, efectuado no ano passado, foram limitados os meios pelos quais os alunos conseguiram obter recursos para planear a sua carreira; de entre os docentes entrevistados, mais de 80 por cento não receberam formação sobre a educação relativa ao planeamento de carreira, e mais de 85 por cento entenderam ser necessário aperfeiçoar a respectiva formação. Mais, segundo os resultados do “Inquérito sobre as influências do auto-reconhecimento dos alunos do ensino secundário de Macau na decisão da sua carreira profissional - 2020”, apenas 15 por cento dos entrevistados tinham um planeamento claro da sua carreira profissional; mais de 50 por cento afirmaram não ter tido uma ponderação profunda; e mais de metade precisaram dos serviços respectivos da escola.

Assim, as autoridades devem dar mais importância aos trabalhos de planeamento da vida dos alunos do ensino secundário complementar e criar, para estes, um mecanismo profissional e sistemático de educação sobre o planeamento da vida, com vista a orientar eficazmente os alunos para a definição e o aperfeiçoamento dos seus objectivos e ideais de desenvolvimento, permitindo-lhes ajustar os seus objectivos faseados de forma adequada, de acordo com as próprias situações concretas. Mais, devem ainda definir planos de trabalho pormenorizados para a promoção da educação sobre o planeamento da vida, aumentar os docentes desta disciplina, optimizar a formação dos docentes e

elevar a qualidade educativa desta vertente. Devem também rever e aperfeiçoar as políticas relativas ao desenvolvimento desta vertente, especialmente, promovendo os trabalhos de forma ordenada tendo em conta as diferentes faixas etárias, concretizando o conceito de “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos”, e integrando as indústrias emergentes no âmbito da educação orientada para os jovens, em articulação com o posicionamento de Macau no futuro, a construção da Grande Baía, entre outras políticas nacionais, no sentido de formar mais talentos inovadores e diferenciados para o desenvolvimento diversificado de Macau.